



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Shigunov Neto, Alexandre; Bomura Maciel, Lizete Shizue
Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da
qualidade total no ensino
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 32, núm. 1, 2010, pp. 55-61
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325337007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE): uma análise do malogro da qualidade total no ensino

Alexandre Shigunov Neto* e Lizete Shizue Bomura Maciel

Faculdade Central de Cristalina, Rua Getúlio Vargas, 1478, 73850-000, Cristalina, Goiás, Brasil. *Autor para correspondência.
E-mail: shigunov@gmail.com

RESUMO. O objetivo deste trabalho é o de realizar uma análise do Projeto Qualidade no Ensino Público (PQE) à luz das propostas educacionais neoliberais, procurando, dessa forma, desmistificar o malogro da qualidade total no ensino e o simulacro da eficiência presente nas propostas educacionais do Governo do Estado do Paraná entre os anos de 1994 e 2001. Nesse sentido, pretende-se, nesta análise preliminar, questionar e ponderar sobre algumas questões, que se desdobram em inúmeras outras de extrema importância também para a compreensão do projeto hegemônico neoliberal: a transposição dos conceitos, em especial da qualidade, da área empresarial, pressupondo que a escola seja idêntica a uma empresa com fins lucrativos; que as propostas neoliberais dão grande ênfase aos aspectos econômicos, sem a preocupação com os aspectos educacionais, sociais e culturais; que mesmo na área empresarial tais conceitos não podem ser tidos como redentores de todas as mazelas organizacionais; que há tentativa de isenção do Estado com suas obrigações, repassando à comunidade a responsabilidade pelo funcionamento e manutenção da escola pública; que há tentativa de privatização da escola pública, sob o argumento da falta de qualidade e do alto custo em relação ao benefício que proporciona para a população.

Palavras-chave: educação, neoliberalismo, qualidade total.

ABSTRACT. **Project quality in public education of the Paraná Estate (PQE): an analysis i spoil of it of the total quality in education.** The objective of this work is to carry through an analysis of the Project Quality in Public Education (PQE) to the light of the neoliberal educational proposals. Looking for of this form, I spoil to demystify it of the total quality in education and illusion of the present efficiency in the educational proposals of the Government of the State of the Paraná enters the years of 1994 and 2001. In this direction, it is intended in this preliminary analysis to question and to ponder on some questions, that if they also unfold in innumerable others of extreme importance, for the understanding of the neoliberal hegemonic project: the transposition of the concepts, in special of the quality, the enterprise area estimating that the school is identical to a company with lucrative ends; the neoliberal proposals to give great emphasis to the economic aspects, without the concern with the educational, social and cultural aspects; that exactly in the enterprise area such of the organizations concepts cannot be had as rescuers of all bad things the attempt of exemption of the State with its obligations, repassing to the community the responsibility for the functioning and maintenance of the public school; the attempt of privatization of the public school, under the argument of the lack of quality and the high cost in relation to the benefit that it provides for the population.

Key words: education, neoliberalismo, total quality.

Introdução

A temática das políticas educacionais neoliberais adquiriu importância crescente, sobretudo a partir da década de 1980, com a proliferação dos ideais neoliberais pelo mundo, enquanto projeto hegemônico. As políticas neoliberais que têm como princípios fundamentais a livre concorrência do mercado e a não-intervenção do Estado na economia desencadearam inúmeras situações adversas, principalmente nos países em desenvolvimento.

Na proposta de qualidade total na educação estão implícitos a lógica do mercado e o conceito de qualidade total na educação e ela ainda resgata o conceito de economia de mercado. Portanto, pode-se supor que as propostas de qualidade total na educação nada mais são do que receituários de como fazer e atingir determinados objetivos, que não possuem fundamentação teórica e nenhuma comprovação científica. Ou seja, a qualidade nada mais é do que um instrumento utilizado pelas políticas neoliberais para tirar de foco discussões

sobre desigualdade/igualdade; justiça/injustiça; emprego/desemprego; exclusão social e fim dos trabalhos, entre outras questões.

Ao assumir caráter de projeto hegemônico e de ampla divulgação, ao ponto de tornar-se “senso comum” entre a população, a temática dos ideais neoliberais, de forma geral, e a qualidade total na educação, em específico, têm sido alvo de inúmeras pesquisas e publicações por parte de pesquisadores nacionais ao longo das últimas duas décadas do século passado e destes primeiros anos do século XXI, a saber: Gentili e Silva (1999), Sader e Gentili (1995), Azevedo (1995), Carrion e Vizentini (1997), Comblin (2001), Shigunov Neto e Maciel (2004). Também pesquisadores internacionais vêm há algum tempo desenvolvendo pesquisas com o intuito de desmistificar a temática, repleta de ambiguidades, equívocos e ilusões, e entre eles destacamos: Estêvão (1998; 2000; 2002), Gentili (1998; 2000), Pacheco (2000), Passet (2002) e Santomé (2003).

Pelo rumo que tomaram na contemporaneidade, as políticas neoliberais são vistas por nossos governantes como políticas salvadoras, que proporcionarão o tão esperado desenvolvimento do país, sem preocupação com o fato de que essas políticas pressupõem laços de subordinação, exigências da nova ordem social.

O objetivo deste trabalho é o de realizar uma primeira análise do Projeto Qualidade no Ensino Público (PQE, 2001) à luz das propostas educacionais neoliberais, procurando, dessa forma, desmistificar o malogro da qualidade total no ensino e o simulacro da eficiência presente nas propostas educacionais do Governo do Estado do Paraná entre os anos de 1994 e 2001. Nesse sentido, pretende-se, nessa análise preliminar, questionar e ponderar sobre algumas questões que se desdobram em inúmeras outras de extrema importância também para a compreensão do projeto hegemônico neoliberal:

- a transposição dos conceitos, em especial da qualidade, da área empresarial, pressupondo que a escola seja idêntica a uma empresa com fins lucrativos;

- o fato de as propostas neoliberais darem grande ênfase aos aspectos econômicos, sem a preocupação com os aspectos educacionais, sociais e culturais;

- mesmo na área empresarial o fato de tais conceitos não poderem ser tidos como redentores de todas as mazelas organizacionais;

- a tentativa de isenção do Estado com suas obrigações, repassando à comunidade a responsabilidade pelo funcionamento e manutenção da escola pública;

- a tentativa de privatização da escola pública, sob o argumento da falta de qualidade e do alto custo em

relação ao benefício que proporciona para a população.

Os pressupostos teóricos das propostas educacionais neoliberais

Em 1947, quando muitas nações europeias já haviam adotado o modelo político e econômico do Estado de Bem-estar Social, Hayek (1990) e os principais economistas liberais¹ da época, simpatizantes das propostas neoliberais, promoveram uma reunião política e científica na cidade suíça de Mont Pèlerin. Nesse evento foi fundada a Sociedade Mont Pèlerin, cujo objetivo seria o de combater o keynesianismo, o solidarismo e o modelo político do Estado de Bem-estar Social e preparar as bases para a implantação de um novo modelo econômico.

Os pressupostos teóricos, ideológicos e políticos do neoliberalismo encontraram suporte no liberalismo² econômico, originários, principalmente da Escola Austríaca³ de Economia e da Escola de Chicago⁴. Desse modo, esses ideais surgiram após a Segunda Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos enquanto uma reação contrária ao Estado de Bem-estar Social se fortaleceu e ganhou grande destaque na década de 1970 com a crise do Welfare State, que não conseguia mais dar respostas eficientes à crise do capitalismo que se generalizava pelos países capitalistas. Essa insatisfação com a política econômica do Estado de Bem-estar Social possibilitou a difusão das propostas neoliberais, sob a liderança de seus principais idealizadores, Ludwig von Mises⁵, Frederick August von Haeyk⁶ e Friedman

¹ Entre os principais economistas liberais da época que participaram da reunião estavam: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupker, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, Bertrand de Jouvenel e Jacques Rueff.

² O pensamento liberal, enquanto doutrina política e econômica surgiu no século XVIII, em oposição às monarquias absolutas e contra o mercantilismo, teve seu apogeu no século XIX. Entre alguns ilustres nomes que figuram entre os pregadores do pensamento liberal encontram-se: John Locke, Adam Smith, Immanuel Kant, Benjamin Constant, Jean Baptiste Say, François Guizot, Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill, John Maynard Keynes, John Dewey e Benedetto Croce. A doutrina liberal é constituída por um conjunto de princípios, apresentando, como premissas básicas, a defesa da economia de mercado, a liberdade da iniciativa econômica e a limitação do Estado, tanto em relação aos seus poderes, denominado por Estado de direito², quanto às suas funções – Estado mínimo.

³ A Escola Austríaca do pensamento econômico ou Escola de Viena como também ficou conhecida, fundamentavam suas análises na teoria da utilidade marginal do valor subjetivo, essa teoria associa todos os fenômenos econômicos às ações dos indivíduos. Entre os principais economistas dessa escola, destacam-se: Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek. Um das principais contribuições da Escola Austríaca para o contexto econômico foi ter tornado público e explícito pela primeira vez, de forma sistemática, o que era o liberalismo e ter formulado os fundamentos teóricos da “nova ideologia liberal” que se difundiu por todo o mundo.

⁴ A Escola de Chicago era composta por um grupo de economistas que entendem que os mercados concorrenciais, livres da intervenção do Estado, levam ao funcionamento mais eficiente da Economia. Entre os economistas da Escola de Chicago, podemos destacar: Milton Friedman, Knight, Stigler, Henry e Gary Becker que defendem o papel reduzido para o Estado.

⁵ Ludwig von Mises (1881-1973) nasceu na Áustria e foi aluno e seguidor do economista Carl Menger, recebeu o grau de Doutor em Economia na Universidade de Viena em 1906. Foi o principal porta voz da Escola Austríaca, sua obra mais conhecida o “Liberalismo: segundo a tradição clássica” foi publicada pela primeira vez em 1927. Na obra explica pela primeira vez o que era a doutrina liberal, explicando criteriosamente os fundamentos do liberalismo e analisando os conceitos inerentes a essa doutrina.

(1985)⁷ (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2004).

A partir da década de 1970, o Estado de Bem-estar Social⁸ entrou em crise, sendo questionado, principalmente, por sua incapacidade em resolver os graves problemas econômicos que afligiram grande parte dos países ocidentais. Assim, as políticas neoliberais ressurgiram⁹, aproveitando-se da crise do Estado de Bem-estar Social e dos regimes sociodemocratas, em virtude de fatores, como a progressiva saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis; a concorrência intercapitalista; a crise fiscal e inflacionária que provocou a retração dos investimentos. Em decorrência dessa impossibilidade de resposta aos problemas surgidos, a economia voltou-se novamente a seguir o modelo baseado nas “leis naturais do mercado” por meio das políticas neoliberais que pregavam: o Estado Mínimo; o fim da estabilidade no emprego; o corte abrupto das despesas previdenciárias e dos gastos, em geral, com as políticas sociais.

A adoção das propostas neoliberais, enquanto programas de Governo, tiveram início na Inglaterra em 1979 com Margaret Thatcher e propagaram-se rapidamente para os Estados Unidos (1980), a Alemanha (1982), o México (1988), a Argentina (1989), a Venezuela (1989), o Chile (1989), o Peru (1988) e o Brasil (1989).

Com essa rápida proliferação dos ideais neoliberais pela Europa, inicialmente, e pela América Latina, posteriormente, verificou-se o processo de

⁶ Friedrich August von Hayek (1899-1992) nasceu na Áustria e foi discípulo de Mises, estudou na Universidade de Viena, tendo recebido o grau de Doutor em Direito e Ciências Políticas. Lecionou inicialmente na Universidade de Viena e após naturalizar-se inglês, foi transferido em 1950 para a Universidade de Chicago. Em 1974 recebeu o Prêmio Nobel de Economia. Foi um dos idealizadores da proposta ideológica neoliberal, ficou conhecido por seu livro “O caminho da Servidão”, publicado em 1944 na Inglaterra. A obra, que pode ser considerada o “manual do neoliberalismo”, apresenta uma crítica ao processo de intervenção estatal na economia de mercado. Escrita às vésperas das eleições inglesas de 1945, sua intenção foi a de tentar demonstrar que as propostas sociais e o Programa de Governo apresentados pelo Partido Trabalhista eram inviáveis e prejudicariam o desenvolvimento do país.

⁷ Milton Friedman nasceu em Nova York em 1912, cursou Economia na Universidade de Rutgers em New Brunswick, onde terminou seus estudos em 1932. Seguidor dos ideais de Adam Smith, concluiu seu curso de Mestrado em 1933 na Universidade de Chicago, onde acabou sofrendo a influência de economistas como Frank Knight, Wesley C. Mitchell e Harold Hotelling. Seus principais trabalhos foram *Capitalismo e Liberdade* (1962) e *A monetary history of the United States* (1968). Em 1976 recebeu o Prêmio Nobel de Economia. Seu pensamento econômico está fundamento na defesa do laissez-faire e o mercado livre em todos os níveis da economia, inclusive o internacional. Enfatiza a liberdade como objetivo último a ser atingido e o indivíduo como principal ator da sociedade.

⁸ O Estado de Bem-estar Social - Welfare State - ou também conhecido como o Estado assistencialista - estava pautado sobre o princípio de proporcionar e garantir as condições mínimas de renda, alimentação, saúde, habitação e educação a todos os cidadãos, enquanto direito político adquirido. O papel a ser desempenhado pelo Estado refere-se ao de tentar conciliar interesses distintos, de um lado os interesses da classe trabalhadora, e de outro, os interesses do capital. As bases teóricas do Estado de Bem-estar Social se consolidaram na Europa em 1947, sendo a Grã-Bretanha a primeira nação a adotar suas políticas. Pouco menos de duas décadas após assumir o poder, o Estado de Bem-estar Social começa a dar sinais de enfraquecimento, ocasionado, principalmente, pela crise do modelo de produção fordista.

⁹ A doutrina liberal perdurou, enquanto ideologia hegemônica, até a década de 1920, quando se verifica a estruturação dos fundamentos teóricos do Estado de Bem-estar Social, que viriam a se consolidar como proposta hegemônica após a Segunda Guerra Mundial. Como as propostas neoliberais estão fundamentadas no pensamento liberal, pode-se afirmar que a partir desse momento voltam ao cenário político e econômico mundial, enquanto projeto hegemônico.

construção hegemônica neoliberal. Definido pelo pesquisador Gentili (1999) como estratégia de poder articulada que visa, num primeiro momento, implementar reformas nos âmbito econômico, político, jurídico e educacional, para, num segundo momento, utilizando-se de estratégias culturais que visam a desvirtuar o foco de atenção dos reais problemas, legitimar as propostas neoliberais como a única solução possível para enfrentamento da crise que assola os países. Portanto, na medida em que a crise econômica se agravava, a ideologia neoliberal se alastrava pelo mundo capitalista e se (re)afirmava como sendo a única solução possível para todos os problemas da sociedade. Sustentando não haver possibilidade de enfrentamento da crise a não ser por intermédio de sua proposta, a confiança incondicional na dinâmica do mercado como reguladora da economia do país, nesses termos, a ideologia neoliberal transformou-se em dogma.

O neoliberalismo é um projeto político, econômico e social de caráter hegemônico que está fundamentado na subordinação absoluta da sociedade ao mercado livre e à não-intervenção estatal, portanto, os pilares teórico-metodológicos da proposta neoliberal – desestatização, desregulamentação e desuniversalização. Nesse sentido, o ideário neoliberal teoriza que o mercado livre é o elemento regulador de toda a sociedade, ou seja, verifica-se o fetiche do mercado como a panaceia para todos os problemas econômicos e sociais. Portanto, pode-se inferir que o neoliberalismo nada mais é do que um conjunto de receitas econômicas e programas políticos. (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2004).

O pressuposto neoliberal aplicado à educação fundamenta-se, essencialmente, sob dois aspectos: a pressuposição de que a instituição escolar possa ser tratada igualmente a uma organização empresarial com fins lucrativo; a ideia do mercado educacional livre e sem a interferência estatal; e a transposição de conceitos aplicados no setor empresarial para a área educacional.

A aplicação de conceitos empresariais na área educacional não representa novidade, ao menos nos Estados Unidos, onde estudos vêm sendo realizados desde as décadas de 1950 e 1960. Colaboração fundamental foi dada pelo aprofundamento de estudos no campo da Economia aplicada à Educação, sendo, a partir de então, a educação analisada enquanto fator produtivo.

Entretanto, é preciso atentar para o fato de que essa crise econômica de âmbito mundial enfrentada não é gerada, como querem fazer crer os pregadores do neoliberalismo, pela intervenção estatal na economia e pela falta de mercado livre, os dois

grandes vilões, segundo os neoliberais. Essa crise tem origem na crise do sistema de produção capitalista, ou seja, na reprodução social do trabalho, geradora das desigualdades sociais, da pobreza mundial, da fome e de inúmeros problemas sociais na sociedade capitalista. Portanto, o escamoteamento dos direitos sociais adquiridos arduamente ao longo dos séculos pelos trabalhadores é forjado pelos neoliberais sob o pretexto de liberdade e igualdade de direitos, que, na realidade, apenas dissimulam os reais interesses capitalistas, a obtenção da mais-valia a qualquer custo.

Nesse sentido, o neoliberalismo é um projeto político, econômico e social de caráter hegemônico que está fundamentado na subordinação absoluta da sociedade aos princípios do mercado livre e da não-intervenção estatal.

As propostas de qualidade na educação, que em grandes linhas são uma tentativa de transformar a escola numa empresa produtiva, trazem em seu bojo a preocupação com a transferência de responsabilidades do Estado para a comunidade, ou seja, são uma tentativa de eximir o Estado da responsabilidade e obrigação com a educação, deixando-a por conta da comunidade. Trata-se de transferir o poder de decisão da escola para a comunidade, que, por seu turno, também será responsabilizada pelo seu fracasso.

A preocupação das propostas educacionais neoliberais por números, dados estatísticos e quantificáveis é incoerente e contradiz-se com o princípio da qualidade, pois quantidade não significa necessariamente qualidade.

Acredita-se, nesses termos, que o papel da educação, e, fundamentalmente dos pesquisadores nesse início de Terceiro Milênio, seja o de apresentar argumentos científicos contra o malogro e a falácia das propostas neoliberais e o simulacro da qualidade total na educação, enquanto sinônimo de eficiência.

Projeto qualidade no ensino público do Estado do Paraná (PQE)

O Projeto Qualidade no Ensino Público do Estado do Paraná (PQE) era parte integrante do Plano de Ação da Educação apresentado pelo Governador Jaime Lerner, em 1994, composto por um pacote de propostas que visavam, segundo seus idealizadores, entre outros objetivos, aprimorar a eficiência do ensino fundamental no Estado do Paraná. Para implementar o PQE, foi firmada parceria, por meio do contrato de empréstimo nº 3766 BR, entre a Secretaria Estadual de Educação e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Com início em janeiro de 1995 e término previsto para dezembro/2001, o PQE previa,

initialmente, beneficiar 1,6 milhões de crianças do Ensino Fundamental, com ênfase no ensino de 1^a a 4^a séries e aproximadamente 95.000 professores do Ensino Fundamental. Os investimentos previstos a serem realizados, no total de US\$ 198,4 milhões, sendo 102,4 milhões oriundos do Governo Estadual e 96 milhões do BIRD, já foram quase todos investidos no Projeto.

A coordenação e execução do PQE estavam a cargo da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (Fundepar) que contavam com o apoio da equipe técnica do PQE, dos gerentes de área e de uma empresa de consultoria contratada, RDR Consultores Associados, que oferecia o suporte operacional e técnico. Portanto, verifica-se, assim, forte influência das políticas educacionais neoliberais propostas, em especial aquelas apresentadas pelo Banco Mundial, na educação do Estado do Paraná.

O PQE formulado apresentava como objetivos a serem atingidos: a) dar acesso a crianças e professores a quantidades adequadas de material pedagógico; b) melhorar a eficiência dos professores em sala de aula; c) dar às crianças de áreas urbanas de baixa renda espaço físico adequado ao aprendizado; d) suprir os administradores de escolas nos níveis municipais e regional com instrumentos, habilidades e incentivos para que melhorassem as práticas de administração e assumissem novas responsabilidades; e) criar maior igualdade entre os sistemas escolares estadual e municipal em termos de despesas por aluno e de disponibilidade de dados essenciais sobre a educação; f) aprimorar a qualidade do ensino fundamental, visando melhor rendimento escolar; g) incentivar o sucesso do aluno em sala de aula, elevando os índices de aprovação e conclusão; h) aumentar a escolaridade dos alunos de 1^a a 8^a séries das escolas públicas das redes estadual e municipal, combatendo a evasão escolar.

Vislumbrando uma análise superficial, despreocupada e acrítica, e tomando como parâmetros os objetivos, o foco de atuação, o número de alunos, professores e escolas a serem beneficiados pelo PQE, pode-se até considerar que o Projeto ora apresentado visava realmente a melhorar a qualidade da educação. Entretanto, a realização de uma análise mais apurada e detalhada escancara e deixa as verdadeiras intenções das propostas desprovidas de sua proteção. Portanto, num primeiro momento, esse Programa e outros tantos formulados, fundamentados nas propostas educacionais neoliberais, visavam a aplicar os conceitos de qualidade do ramo empresarial e industrial, na tentativa de obter maior eficiência e

reduzir custos. Já num segundo momento, visavam a transferir a responsabilidade do Poder Público pela manutenção e extensão do ensino público para a comunidade e para a iniciativa privada.

Para atingir seus objetivos, *com meios e insumos mínimos, visando à potencialização das áreas mais representativas da estrutura educacional*, o PQE dividiu-se em cinco linhas de ação, chamadas de componentes: rede física; materiais pedagógicos; capacitação dos recursos humanos da educação; desenvolvimento institucional; e estudos e pesquisas.

O PQE partia do pressuposto que uma escola de qualidade precisa de um espaço físico de qualidade, desse modo foram investidos US\$ 39,4 milhões na construção de 698 salas de aulas e na reforma do prédio da SEED (2001). Paralelamente às atividades previstas no PQE, a Fundepar, em convênio firmado com o Banco Mundial, estava realizando a construção de novas escolas. Segundo os dirigentes do Fundepar, essas novas escolas são baseadas num moderno projeto arquitetônico diferenciado por passarelas de acesso cobertas, portal de entrada com bicicletário, quadras poliesportivas, pintura das paredes colorida e moderna, laboratórios, salas de uso múltiplo como para implantação de informática, salas de vídeo, bibliotecas, além de ambientes administrativos e obras complementares. Também são todas equipadas com mobiliário, material de consumo e permanente, bem como o fornecimento subsequente dos benefícios concedidos à Rede pública de Ensino. Pelos dados apresentados pelo Fundepar, foram investidos R\$ 32.706.795,97 que beneficiaram aproximadamente 63 mil alunos em três turnos de 39 cidades do Estado do Paraná, com as seguintes benfeitorias: 66 escolas; 603 salas de aulas; 277 salas especiais; 915 salas para ambiente administrativo e demais dependências; 44 quadras poliesportivas.

Segundo os dados apresentados pela SEED (2001), isso equivale a dizer que, no período de cinco anos, foram construídas, no máximo, 70 escolas estaduais de Ensino Fundamental nas cidades paranaenses. Deve-se considerar que, no período compreendido entre 1996-1999, o número de estabelecimentos de Ensino Fundamental estadual caiu de 9.822 para 7.526, ou seja, foram desativadas 2.296 escolas, uma redução de 23,37% nos estabelecimentos existentes. Portanto, ao mesmo tempo em que foram construídas 70 escolas com “novo modelo arquitetônico”, eram desativadas 2.296 escolas estaduais de ensino fundamental. Isso demonstra incoerência das ações da SEED, mesmo levando-se em conta que a taxa de crescimento da população em idade escolar teve decréscimo de

0,29%, mas, ainda assim, 2,3% da população em idade escolar estava fora das escolas. Como explicar essa contradição?

Pode-se indagar sobre algumas questões que não foram elucidativas nos planos de ação da SEED nesse período estudado: investiu-se mais em salas de aulas para ambiente administrativo do que na construção de salas de aulas; verificava-se a falta de escolas e salas de aulas em alguns municípios e o plano de ações do Governo do Estado do Paraná previu a construção de algumas poucas unidades escolares baseadas num moderno projeto arquitetônico? Será que esse investimento realizado não foi muito alto? Qual a taxa de juros anuais cobrados pelos empréstimos concedidos pelo BIRD? Qual o benefício para a sociedade?

O PQE considerava que, além de *espaço físico de qualidade*, as escolas necessitavam de livros didáticos, paradidáticos e demais materiais didáticos para o desenvolvimento do trabalho escolar. Com investimento de US\$ 74,8 milhões foram desenvolvidas atividades em três linhas de ações: a) compra e distribuição de livros; b) aquisição de materiais em diferentes áreas do conhecimento; c) aquisição de livros para as bibliotecas escolares. Para aquisição dos materiais didáticos, o Governo do Estado adotou a política de descentralização, repassando às Associações de Pais e Mestres (APM) a incumbência da atividade. Assim, as APM's, juntamente com os diretores, gerenciavam os recursos destinados à compra de materiais didáticos, que era realizada por meio da compra direta com os fornecedores locais e na Feira de Livros, evento organizado pela SEED no Centro de Capacitação em Faxinal do Céu.

Há que se considerar que os investimentos em aquisição de livros e materiais didáticos para o desenvolvimento escolar são importantíssimos e que deveriam representar uma constante, não prevista apenas em alguns projetos isolados. Mas esse fato evidencia o estado de completo abandono das bibliotecas das escolas fundamentais e a carência de livros disponíveis.

No que se refere à capacitação dos recursos humanos da Educação, o PQE entendia que o professor também precisa aprender, repensar sua formação, atualizar maneiras de ensinar, por isso a necessidade de grandes investimentos na capacitação, razão pela qual foi criado o subprojeto Programa de Capacitação Continuada que foi gerenciado pela Universidade do Professor e tinha como objetivo principal aprimorar as competências necessárias ao bom desempenho dos professores. Os investimentos previstos para esse componente, um total de US\$ 69,5 milhões, foram aplicados na capacitação de

professores. Segundo a SEED (2001), até 2000, aproximadamente, 230 mil pessoas, na grande maioria formada por professores, participaram dos seminários de aprimoramento. A proposta dos seminários era reunir no Centro de Capacitação em Faxinal do Céu os professores para participarem de atividades coordenadas pela RDR Consultores Associados. Desse modo, os professores eram convocados a isolarem-se do mundo por alguns dias para assistirem a palestras, participarem de discussões, apresentarem suas experiências, entre outras atividades.

Obviamente que o investimento na formação e no aperfeiçoamento de professores é fator fundamental para se melhorar o desempenho do professor em sala de aula. Entretanto, os moldes em que eram capacitados os professores em Faxinal do Céu não contribuíam para o desenvolvimento profissional dos professores e sim atuavam como *lavagem cerebral* que visavam a fortalecer a ideologia dominante e as propostas do Governo do Estado, tentando apresentar as propostas educacionais neoliberais e, em especial, as propostas de qualidade total na educação como sendo as redentoras de todos os problemas da educação. Os programas de capacitação deveriam contribuir para tornar os professores sujeitos críticos, reflexivos e capazes de implementarem melhorias reais na qualidade do ensino, o que não acaba ocorrendo atualmente. Surge um questionamento: como podia a SEED pretender melhorar a qualidade dos recursos humanos da educação se não proporcionava as condições necessárias para que os professores investissem em sua qualificação profissional visto ter havido corte de verbas destinadas à qualificação de professores, tais como a participação em eventos científicos, cursos de Pós-graduação e principalmente por não se garantir, desde 1998, o direito adquirido legalmente de elevação de nível por conclusão de cursos de pós-graduação? Novamente, verifica-se incompatibilidade entre o discurso feito e as propostas implementadas.

O último componente do PQE era o desenvolvimento institucional, que adotava o sistema de gestão compartilhada *que exige capacidade administrativa em suas diversas instâncias – escolas, associações de pais e mestres, núcleos e secretarias*. A verba destinada ao Programa, US\$ 20,2 milhões, para desenvolver atividades ligadas a 12 subprojetos: avaliação do rendimento escolar; aquisição de equipamentos de informática; padrões de funcionamento das escolas públicas; acompanhamento gerencial da parceria Estado-município; assessoria técnica e administrativa para os municípios; elaboração e distribuição do

caderno de gestão; reforma das instalações físicas da Secretaria; reorganização administrativa da Secretaria; Prêmio Excelência.

O Banco Mundial é o responsável pela elaboração das políticas norteadoras da educação nos países em desenvolvimento, assim, países como o Brasil adotam na íntegra, em seus planos de ação e políticas educacionais, os ideais neoliberais. As propostas do Banco Mundial visam reduzir a participação do Estado no financiamento da educação e têm como pressupostos: a prioridade na educação fundamental; a qualidade total tida como símbolo da eficiência e da reforma educacional; a ênfase nos aspectos administrativos e financeiros da reforma educacional; a descentralização parcial de atividades; a participação da comunidade; a ênfase na privatização da educação; o investimento prioritário na educação fundamental; a ênfase nos aspectos econômicos como direcionadoras da política educacional.

Visando atender às exigências impostas pelo Banco Mundial, de diminuição do número de analfabetos existentes, o Estado do Paraná nesse período analisado adotou o PQE. Portanto, assistiu-se à implantação, pela SEED, de uma política de *quantidade educacional* e não de *qualidade educacional*, na medida em que se visavam atingir números e dados estatísticos e não uma reforma da organização escolar com um todo.

Se os planos de ação do Estado do Paraná no período analisado foram fortemente influenciados pelas propostas educacionais do Banco Mundial e este pregava o afastamento do Estado na realização de investimentos da educação e até a privatização da educação, como é possível acreditar que o Estado e a SEED estavam realmente preocupados com a qualidade da educação no Estado do Paraná?

Portanto, os planos de ação da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná visavam desvincular os problemas da educação da sua responsabilidade pela manutenção e expansão do ensino fundamental. Assim, pela implantação de projetos pautados nas propostas educacionais neoliberais presenciava-se uma tentativa do Governo Estadual em eximir-se de sua responsabilidade pela educação, repassando-a para a comunidade e para a iniciativa privada.

Mesmo que se considerasse que as políticas educacionais da SEED visavam à melhoria da qualidade na educação, o que não é verídico pelas contradições presentes entre o discurso e a ação, dever-se-ia superar outra contradição fortemente arraigada, nas propostas educacionais neoliberais, como tão bem define Gentili (1999, p. 177),

[...] não existe “qualidade” com dualização social. Não existe “qualidade” possível quando se discrimina, quando as maiorias são submetidas à miséria e condenadas à marginalidade, quando se nega o direito à cidadania a mais de dois terços da população.

Como os planos de ação e os projetos formulados no período de 1994-2001, pela SEED, atingiram apenas uma pequena parcela da população, não poderiam ser considerados viáveis e tidos como “modelos” a serem adotados, pois representavam o malogro e o simulacro da qualidade total na educação. Portanto, propostas fundamentadas nos conceitos de qualidade total na educação não podem ser vistos como benéficos para a educação, pois como bem destaca o pesquisador e professor Gentili (1999), “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio.”

Referências

- AZEVEDO, M. L. N. **Neoliberalismo e educação: novo conflito entre o público e o privado**. 1995. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1995.
- CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. G. F. **Globalização, neoliberalismo, privatizações**: quem decide este jogo? Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- COMBLIN, J. **O neoliberalismo**: ideologia dominante na virada do século. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ESTÊVÃO, C. A. V. **Redescobrir a escola privada portuguesa como organização**: na fronteira da sua complexidade organizacional. Braga: Editora da Universidade do Minho, 1998.
- ESTÊVÃO, C. A. V. O público e o privado em educação: a provisão pública do privado na educação portuguesa. In: PACHECO, J. A. (Org.). **Políticas educativas**: o neoliberalismo em educação. Porto: Porto Editora, 2000. p. 135-159.
- ESTÊVÃO, C. A. V. **Globalização, metáforas organizacionais e mudança organizacional**: dilemas e desafios. Porto: Asa, 2002.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GENTILI, P. A. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENTILI, P. A. A. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. A. A. (Org.). **Escola S.A.** Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 2. ed. Brasília: CNTE, 1999. p. 9-49.
- GENTILI, P. A. A. **Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias**. In: GENTILI, P. A. A. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 228-252.
- GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HAYEK, F. A. von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- PACHECO, J. A. **Políticas educativas**: o neoliberalismo em educação. Porto: Porto Editora, 2000.
- PASSET, R. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PQE-Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação, 2001. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/seed/projetoq.html>>. Acesso em: 5 mar. 2007.
- SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOMÉ, J. T. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SEED-Secretaria de Estado da Educação. **Números da Educação no Paraná**. Coordenação de Informações Educacionais, 2001. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/cie/>>. Acesso em: 5 mar. 2007.
- SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. As políticas neoliberais e a formação de professores: propostas de formações simplistas e aligeiradas em épocas de transformações. In: SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. (Org.). **Formação de professores**: passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004.

Received on July 3, 2008.

Accepted on October 20, 2009.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.